

O URBANISMO COMO EXPRESSÃO SOCIOESPACIAL QUE PRODUZ TERRITÓRIOS EM ÁREAS PRECARIZADAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS

Ageane Alves Ramos ¹
Marcos Castro de Lima ²

RESUMO

O presente trabalho busca refletir sobre as formas de organização que levam à territorialização nas áreas de periferias das cidades, que em sua maior parte são oriundas de ocupações irregulares e requerem um olhar mais atento aos problemas intraurbano existentes. Aspectos representados no desenho urbano, que apontam a problemática da deficiência ou inexistência ao acesso à infraestrutura urbana básica, evidenciada na falta de calçadas, carência do saneamento adequado, na ausência de estação de tratamento de esgoto, nos tipos de moradias mais simples, na identificação de pertencimento aquele lugar demonstrado pelos topônimos, na imagética do perceber o outro, dentre outros fatores, que identificam como pertencentes aquele território com tantas evidências das desigualdades socioespaciais concretas na metrópole. Demonstrando através do uso e ocupação, a produção socioespacial que estabelece territórios no espaço geográfico, expressos nas atividades, divisões e regras, que definem onde inicia e termina o território de cada grupo no meio urbano, portanto, subdivisões identificadas num mesmo espaço de um mesmo bairro na metrópole Manaus. Assim, esse processo socioespacial foi verificado em pesquisa de campo, nas entrevistas e análise documental do histórico da comunidade do bairro da União³, que contribuíram para elaboração das análises e mapeamento.

Palavras-chave: Desigualdades socioespaciais, território, territorialização, urbanismo.

ABSTRACT

This work seeks to reflect on the organization forms that lead to territorialization in peripheral areas of the city. Which, for the most part, come from irregular occupations and require a closer look at existing intra-urban problems. Aspects represented in the urban design, which point to the problem of deficiency or lack access to basic urban infrastructure, evidenced in the absence of sidewalks, adequate sanitation, absence of a sewage treatment plant, in the simplest types of housing, in identification of belonging to that place demonstrated by toponyms, in imagery of perceiving others, among other factors that identify as belonging to that territory with so much evidence of concrete socio-spatial inequalities in the metropolis. Demonstrating through use and occupation, the socio-spatial production that establishes territories in geographic space, expressed in the activities, divisions and rules that define where the territory of each group begins and ends on urban environment, therefore subdivisions identified within the space of the same neighborhood on Manaus metropolis. Thus, this socio-spatial process was selected in field research, interviews and documentary analysis of the community's history in the Bairro União, which was developed to prepare the analyzes and mapping.

Keywords: Socio-spatial inequalities, territory, territorialization, urbanism.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM, alves.ageane@gmail.com;

² Professor orientador: Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo - USP, professor do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, castrolmar1@gmail.com;

³ Comunidade do bairro da União - trata-se de um sub-bairro do bairro oficial Parque Dez de Novembro, na zona Centro-Sul da metrópole Manaus-AM.

Compreender as formas de organização, que levam à territorialização nas áreas de periferias das cidades, muitas oriundas de ocupações irregulares, requer um olhar mais atento aos problemas intraurbanos nas cidades e metrópoles, representadas nas moradias, no modo de vida, na imagética do perceber o outro, na problemática do acesso à infraestrutura urbana básica, dentre outros fatores que contribuem para o avanço das desigualdades socioespaciais, corroborando para que grupos sociais produzam e façam uso do espaço, estabeleçam territórios e se territorializem no meio urbano expresso nas atividades, divisões e regras que definem onde inicia e termina o território de cada grupo no espaço urbano. Isto demonstra que a desigualdade e o processos de segregação socioespacial se estabeleceram, e contribuíram para as alternativas utilizadas pelos sujeitos, que se organizam em seu meio vivido. Estes sujeitos, embora não possuam o direito legal da posse da terra, se percebem como donos, se organizando em territórios na metrópole.

O modo de vida urbano apresenta as contradições, no que se refere à posse e ao direito à cidade. Isto significa que nem sempre há um urbanismo, enquanto expressão física, organizacional e material das cidades, equitativo no espaço, que de forma dinâmica está sempre se alterando pela influência dos indivíduos e agentes modeladores. Dessa forma, destaca-se que o urbanismo como expressão material das cidades, se consolida no espaço urbano pelas condições que são criadas. E um dos aspectos mais relevantes é a habitação, pois esta se constitui como realidade tanto dos indivíduos quanto da sociedade como um todo, em suas diferenças, pertencimento e uso do espaço urbano. O que significa produzir territórios urbanos, formando a cidade multifacetada, desigual e complexa.

Nessa perspectiva, compreender o urbanismo como expressão socioespacial que produz territórios em áreas precarizadas na Região Metropolitana de Manaus – RMM, tem-se como objetivos a identificação e a precariedade na infraestrutura socioespacial urbana e territorial, a investigação e a formação dos aglomerados subnormais e sua contribuição na formação de territórios urbanos com problemas socioespaciais de moradia, a análise das desigualdades socioespaciais e urbanísticas na produção do espaço e territórios urbanos, assim como o compreender, a partir da análise do discurso, os territórios, a produção da imagem e do discurso para áreas precarizadas.

Para o alcance dos resultados, utilizou-se na metodologia, a pesquisa de campo, partindo-se, também, de uma revisão bibliográfica sobre os processos de segregação e



diferenciação no espaço urbano, para compreensão das desigualdades socioespaciais e urbanísticas na produção do espaço e territórios urbanos. Foram utilizadas entrevistas, questionários, levantamento de dados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mapas temáticos e análise das informações da pesquisa com base empírica e consiste em uma análise estrutural urbana com abordagem qualitativa; tendo como delimitação para estudo, áreas do bairro Parque Dez de Novembro, localizado na zona centro-sul da metrópole Manaus.

METODOLOGIA

Essa pesquisa se respaldou em uma análise de campo para compreensão da realidade socioespacial, buscando uma melhor análise e reflexão dos grupos sociais que se organizam no espaço e produzem territórios. Também se procedeu da revisão bibliográfica, visando o entendimento sobre os processos de segregação e diferenciação no espaço intraurbano sobre as categorias geográficas espaço e território. Igualmente foi realizado o levantamento documental sobre a história, formação do bairro e o processo de ocupação da área selecionada para análise, visando, assim, entender seus processos de formação socioespacial e posterior diferenciação interna. Foi também realizado o levantamento em imagens de satélite, objetivando analisar as formas espaciais e o desenho urbano. Como instrumentos de aporte foram utilizados celular, aparelhos de GPS e arquivos raster, que permitiram a aferição da realidade vista de cima e da forma horizontalizada a partir das constatações *in loco*. Finalizando com a produção de mapas temáticos sobre o processo de territorialização e sobre o processo de diferenciação socioespacial nas áreas analisadas na pesquisa.

Foram, ainda, procedidas entrevistas individuais e em grupos, com perguntas abertas, com um quantitativo de 20 participantes, levantamentos documentais e em jornais sobre o processo de ocupação e formação dos bairros analisados, bem como imagens de satélite e icnográficas, que permitiram o entendimento das formas urbanas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Refletir sobre alguns aspectos da relação do urbano e seu urbanismo como expressão socioespacial na formação de território em áreas precárias da região metropolitana, requer trazer para essa análise contribuições de alguns autores como Raffestin (1993), Souza (1995), Haesbaert (2014) e Santos (2002b). Estes autores concordam ao definirem que o espaço se antecipa, e que o território é a apropriação do espaço, onde há limites, e onde é exercido

poder, fazendo-se também uso deste. Para Raffestin (1993), o território se forma a partir do espaço, onde os atores se apropriam e territorializam, portanto, em sua análise possui um caráter político do território, por isso:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (Raffestin, 1993, p. 143).

Esses atores territorializam os espaços através das relações marcadas pelo poder, que articulam e estabelecem a formação do território, que está sempre em construção pelas relações que envolvem no espaço (re)produzido, portanto é:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (Raffestin, 1993, p. 144).

O autor sustenta que as diversas ações e relações de um caráter político do território, deixando claro que o espaço precede o território e não é o mesmo, assim “a territorialidade humana não é apenas constituída por relações com os territórios, mas também através de relações concretas com áreas abstratas, tais como línguas, religiões, tecnologias” (RAFFESTIN, 1987, p. 267) e complementa que “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Segundo Marcelo Lopes de Souza “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros” [...] (SOUZA, 1995, p. 11). O autor argumenta que o território é um espaço determinado pelas relações de poder e uso do espaço que foi territorializado, assim o define como território autônomo.

Para ele, o território envolve além dos aspectos políticos também o cultural, desse modo um espaço definido por grupos sociais impõe regras e relações de poder. Assim, o território poderá ser permanente ou temporário no espaço que o antecipa.

Já para Haesbaert (2014), o território constitui uma dimensão de tríplice jurídico-política, culturalista e econômica, que constituem a construção estrutural do território, envolvendo elementos como território - zona na lógica política, os territórios de rede na lógica econômica e os aglomerados de exclusão na lógica social de exclusão. À vista disso, o autor



destaca que a distinção dos territórios se dá de:

[..] acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas e instituições como a Igreja. Os objetivos de controle social que se dão em ações de territorializações variam conforme a sociedade e a cultura (renda, idade, geração, gênero, entre outros fatores) [...] (Haesbaert, 2014, p. 59).

Há importantes contribuições de Milton Santos, de extrema relevância nessa análise, que chama atenção sobre a categoria território, o qual não se deve confundir com o espaço geográfico e precisa ser considerado como totalidade estrutural. A categoria geográfica território constitui palco da história, que envolve vários atores e várias relações sociais, estabelecendo os espaços produzidos. Dessa forma, o autor afirma que:

O que nos interessa é o fato de que cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo (Santos, 1985, p. 09).

Assim, o processo histórico dos lugares e da sociedade são essenciais para a compreensão da formação dos territórios, não delimitando apenas ao poder exercido pelo Estado, pelos limites e fronteiras. E, Maria Adélia Aparecida de Souza, utilizando o pensamento de Santos, sustenta que:

...o território usado se constitui em uma categoria essencial para a elaboração sobre o futuro. O uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar é proposto por ele como sendo o espaço do acontecer solidário. Estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros, para citar alguns. Mas as solidariedades pressupõem coexistências, logo pressupõem o espaço geográfico (Souza, 2005, p. 253).

É nessa dialética entre as múltiplas naturezas, que Milton Santos propõe a compreensão das formas que estabelecem o território e integram o espaço geográfico. Assim sendo, o território está contido no espaço geográfico, e, é o palco que atores que representam, articulam e desenvolvem medidas pelo exercício de suas ações do poder e uso dos espaços produzidos e definindo limites territoriais.

Nesse processo, o território é formado no espaço geográfico, constituindo espaços territorializados, ocorrendo pela dialética, que pode envolver processos de conflitos culturais, históricos, políticos, econômicos, entre outros fatores. Dessa maneira, nesses locais não só ocorrem as relações de poder, como também a construção de uma história de um grupo que se

estabelece no espaço geográfico. Destarte, salienta-se que na expressão socioespacial, que produz territórios em áreas precarizadas na metrópole Manaus e outras cidades de sua região metropolitana, faz parte de um processo a ser melhor compreendido, embora implícito na categoria território, requer compreender os fatores, que contribuem para a continua segregação dos espaços vividos coletivamente, como também a diferenciação do urbanismo como expressão concreta das cidades, fatores que contribuem para identificação de carência de moradias e infraestrutura básica, que levam grupos sociais a estabelecerem novos territórios, embora com carência de infraestrutura urbana de forma equitativa.

Entretanto, não se pode deixar de destacar que nessas cidades delimitadas para esta pesquisa, após passarem a fazer parte da RMM, surgiram novos territórios através de grupos, que disputam o poder pelo espaço, como por exemplo para as atividades do tráfico de drogas, bem como para negociação dos espaços pelos promotores imobiliários, dentre outros. Dessa forma, pode-se utilizar o pensamento de Lencioni (2011), de que o processo de metropolização metamorfoseia o território. A metamorfose sustentada pela autora se estende para além da transformação na paisagem em si, pois modifica as estruturas, que produzem e reproduzem os territórios, estabelecendo novas territorialidades metropolitanas e reproduzindo, também, as desigualdades urbanísticas.

No contexto em que a metropolização metamorfoseia o território, é relevante destacar os agentes modeladores concretos, sendo eles o Estado, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos, que desempenhando várias ações na produção do espaço, são responsáveis pela organização do espaço urbano, bem como pela forma (des)ordenada da utilização do solo, da revitalização ou destruição de áreas, da diferenciação da infraestrutura, conforme sustenta Corrêa (2002), separados ou unidos em algumas das fases do processo, e interferem na modelação do espaço pelo exercício do poder, territorializam e criam territórios.

Ao analisar a expressão socioespacial, e o que contribui para grupos sociais territorializarem espaços, resgata-se alguns fatores, que contribuem para a existência dos problemas intraurbanos, que embora não sejam atuais, permanecem muito presentes e contribuem para o processo de segregação e diferenciação socioespacial nas cidades, onde os segmentos mais pobres da população enfrentam, no seu cotidiano, os problemas decorrentes da segregação urbana, que contribui para demonstrar o reflexo das desigualdades socioespaciais urbanísticas, como define Ermínia Maricato ao afirmar que:

A segregação urbana é uma das faces mais importantes da exclusão social. Ela não é um simples reflexo, mas também motor indutor da desigualdade. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, etc) somam-se menores oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menores oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação de gênero e idade, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável (Maricato, 2001, p. 1).

Maricato ressalta, o papel importante da segregação urbana na contribuição das desigualdades sociais e elenca uma lista resumida da quantidade de situações, os indivíduos estão expostos, como também as dificuldades no cotidiano, portanto, excluído do acesso aos bens materiais e imateriais, e isso perpassa pela falta de escolhas onde morar, onde vão ocupando de forma irregular áreas públicas ou particular, como alternativa para sobreviver pelas condições muitas vezes indignas do direito à cidade, em que:

Parte dessa parcela da população que mal tem dinheiro para comer vai se localizar exatamente nos lugares onde a propriedade privada da terra não vigora, ocupando áreas do Estado; portanto, áreas públicas, muitas delas localizadas em áreas de proteção de mananciais, produzindo o que alguns pesquisadores denominam “cidade informal”, e outros, ainda, “cidade ilegal”. Assim, ocupam-se áreas de mata original, de florestas, ou as áreas de morros [...]. Essa massa de população que vive em condições subumanas, seja no que se refere à habitação, seja quanto à realização das necessidades básicas da vida, é duplamente penalizada no processo, num primeiro momento pela limitação de acesso à riqueza social produzida, e num segundo é tachada de inconsequente, ou sem consciência ecológica por ocupar essas áreas (Carlos, 2009, p. 313).

A autora destaca, também, a carência do poder econômico para a parcela da população que ocupa terrenos público do Estado, muitos localizados em áreas próximas a mananciais, que sofrem pela degradação ambiental. No entanto, o que foi ocupado de forma irregular e considerado por autores como “cidade informal” ou “cidade ilegal”, é o lugar que habita a população, que permanece desassistida no mínimo de infraestrutura e, ainda, são marginalizados pelo fato e pela forma que ocuparam esses espaços. Esses espaços segregados no que concerne à infraestrutura urbana, constituem territórios articulados, mas também fragmentados em relação à cidade como uma expressão urbanística concreta.

Nesse quadro, Adrelino Campos (2007) chama atenção para a discriminação por parte da sociedade aos moradores das favelas, onde o local de moradia e as condições socioeconômicas, contribuem para imagem negativa do outro enquanto indivíduo e, também, como grupo social. Dessa forma, “Nesse ambiente construído pelo sentimento de desconfiança, a sociedade vem transformando a vítima em culpada, através da marginalização



econômica e social, e, também, criminalizados seus espaços de moradia” (CAMPOS, 2007, p. 28), realidades que os moradores desses espaços carregam em seu cotidiano e somam nas características, que fazem parte da segregação territorial, como localizações menos favorecidas de urbanismo e precárias em sua expressão socioespacial, fatores que contribuem para pouco ou nenhum interesse dos agentes modeladores do espaço, como os promotores imobiliários, pois não apresenta retorno econômico. Então é:

No meio urbano, a relação - legislação/mercado fundiário/exclusão - está no centro da segregação territorial. É nas áreas desprezadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou... áreas de proteção ambiental. (Onde a vigência de legislação de proteção e ausência de controle do uso do solo definem a desvalorização e o desinteresse do mercado imobiliário)[...] (Maricato, 2001, p. 2).

A autora relaciona os espaços territorializados pelas classes sociais mais pobres, que se estabelecem em áreas desvalorizadas pelas localizações, que na maioria das vezes apresentam riscos aos indivíduos e ao meio ambiente, ou ainda pela falta de infraestrutura, destacando a desvalorização e o pouco interesse dos promotores imobiliários por essas localizações em áreas urbanas. Quanto a isso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), classificou essas localizações como aglomerados subnormais, sendo estes definidos como:

(...) uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros. Enquanto referência básica para o conhecimento da condição de vida da população brasileira em todos os municípios e nos recortes territoriais intramunicipais – distritos, subdistritos, bairros e localidades –, o Censo Demográfico aprimora a identificação dos aglomerados subnormais. Assim, permite mapear a sua distribuição no País e nas cidades e identificar como se caracterizam os serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica nestas áreas, oferecendo à sociedade um quadro nacional atualizado sobre esta parte das cidades que demandam políticas públicas especiais (IBGE, 2019).

A partir das definições do IBGE sobre aglomerados subnormais, reflete-se sobre as desigualdades socioespaciais estabelecidas nesses espaços territorializados, as condições socioeconômicas que influenciam na segregação urbana desses territórios e se estabelecem saturados com problemas intraurbanos, identificados na deficiência da gestão e planejamento

urbanos. E sobre esse argumento, Costa e Oliveira (2007) contribuem na compreensão dessa expressão socioespacial, que formam territórios em áreas precarizadas na cidade, destacando:

A importância de se entender a cidade a partir da produção da moradia é que ela possibilita unificar os vários campos de análise urbana, especialmente quando se observa que os atuais problemas da sociedade parecem ser cada vez mais articulados como problemas de natureza espacial, visto que eles são explicitados pelas desigualdades socioespaciais. Neste sentido, diferenças espaciais, especialmente nas áreas consideradas como subnormais por apresentarem os piores índices de qualidade de vida, mostradas no Atlas do Desenvolvimento Humano em Manaus, de 2006, e utilizadas na elaboração deste texto se enquadram no que Mark Gottdiener (1994, p. 41) denomina de zona de transição e se constituem como desvalorização do ambiente construído, parte da lógica de produção e do crescimento da cidade baseado no desenvolvimento desigual dos padrões espaciais. Por isso, antes de considerar as áreas de igarapés, invasões e favelas como subnormais, como aberração na paisagem da cidade, é preciso compreendê-las como parte da lógica de produção da socioespacialidade urbana numa sociedade desigual, onde morar na cidade pressupõe ter possibilidade de pagar por isso (Costa, Oliveira, 2007, p. 2).

Portanto, uma análise mais científica das moradias estabelecidas em áreas precarizadas, é crucial para entender a produção da imagética do território e do outro, bem como se definem nas cidades fragmentadas/articuladas. E morar nessas áreas requer arcar com as despesas que esse habitar carrega diariamente para sua sobrevivência, bem como as características que diferenciam e segregam o espaço vivido.

Assim, entender a produção do espaço urbano, constitui tarefa complexa, sobretudo, no âmbito da Ciência Geográfica em que não pode haver simplificação no entendimento de como os objetos geográficos se organizam no espaço, e, produzem as condições para a existência de territórios, tais como delimitação, poder e uso. A produção de parcelas da cidade, cuja expressão resulta de processos de precariedade urbanística é uma realidade nas cidades brasileiras, bem como em suas regiões metropolitanas. No caso da metrópole Manaus, tal realidade são constatáveis os contrastes e existência de diferentes territórios urbanos, no que se refere ao urbanismo enquanto expressão físico-material da cidade. A forma multiescalar de análise do território, leva-se a delimitar nessa análise a partir das expressões socioespaciais urbanísticas, cujos aspectos são as condições de moradia e habitação, bem como da infraestrutura básica, que enquanto expressões concretas permitem a análise da cidade fragmentada e articulada, mas também como reflexo, campo simbólico e campo de lutas. E toda essa complexidade se expressa nas diferentes territorialidades urbanas vinculadas ao urbanismo, tendo além da categoria espaço, a categoria território, como estruturas analíticas da Ciência Geográfica.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A metrópole Manaus é localizada na microrregião denominada Médio Amazonas com uma paisagem caracterizada pela presença marcante de igarapés, que são pequenos cursos d'água, que cortam a cidade. E, pelo último IBGE (2022) sua população é 2.063.689, que representa uma densidade populacional de 181,01 hab/km².

Na cidade de Manaus destacam-se algumas características em localizações surgidas de ocupações irregulares nas proximidades ou às margens de igarapés, como a realidade de seus moradores receberem a identificação da toponímia, que se estabeleceu no início da ocupação. Outra característica, é o crescimento populacional, a partir da implantação da Zona Franca de Manaus na década de 1970, entre outros fatores que contribuíram para o reflexo da atualidade nesses espaços urbanos da capital amazonense.

O bairro Parque Dez de Novembro, zona centro-sul de Manaus tem uma população estimada de 51.648 habitantes, segundo a Secretaria do Estado, Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia – SEDECTI, e foi inaugurado na década de 1940 em homenagem ao regime militar⁴. Contudo, durante alguns anos foi ponto turístico pela paisagem natural composta por chácaras e igarapés. Na década de 1970 foi criado o conjunto de casas populares, o residencial Castelo Branco, na margem esquerda do igarapé do Bindá, com o objetivo de atender as políticas de habitação na criação da Zona Franca de Manaus.

Figura 1 – Área de lazer no bairro Parque Dez de Novembro em 1960, Manaus/AM



Fonte: Arquivo público Municipal de Manaus. **Org.:** Ageane Ramos (2020).

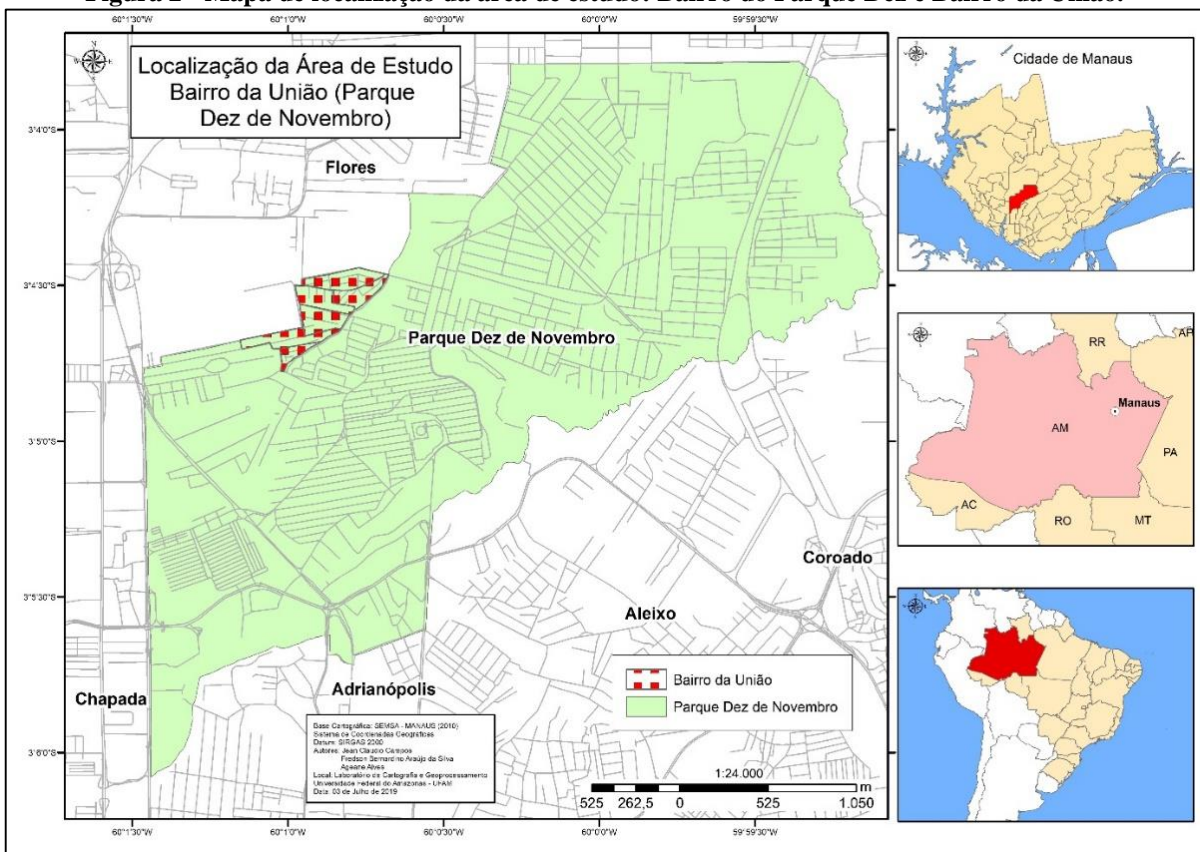
⁴ Jornal do Comércio, Manaus 345 anos.



Através das mudanças ocorridas na cidade de Manaus, o bairro Parque Dez de Novembro foi um dos bairros que mais evoluiu em áreas comerciais, empreendimentos residenciais para um público seletivo e também em ocupações irregulares. Atualmente o bairro perdeu os espaços utilizados para os “banhos de igarapés”⁵ (figura 1), como também deixou de ser o “bairro distante”, forma que a população se referia às localizações com certa distância do Centro da Cidade de Manaus.

Pelo mapa de localização do bairro Parque Dez de Novembro (figura 2), em destaque está a comunidade do autodenominado “Bairro da União”, área que se formou por ocupações irregulares, representando um enclave territorial entre o bairro de Flores pelo seu lado direito e pelo lado esquerdo, com seu bairro Parque Dez de Novembro.

Figura 2 - Mapa de localização da área de estudo: Bairro do Parque Dez e Bairro da União.



Fonte: IBGE/SEMSA (2010). **Autores:** CAMPOS, SILVA, RAMOS. **Org.:** Ageane Ramos (2019).

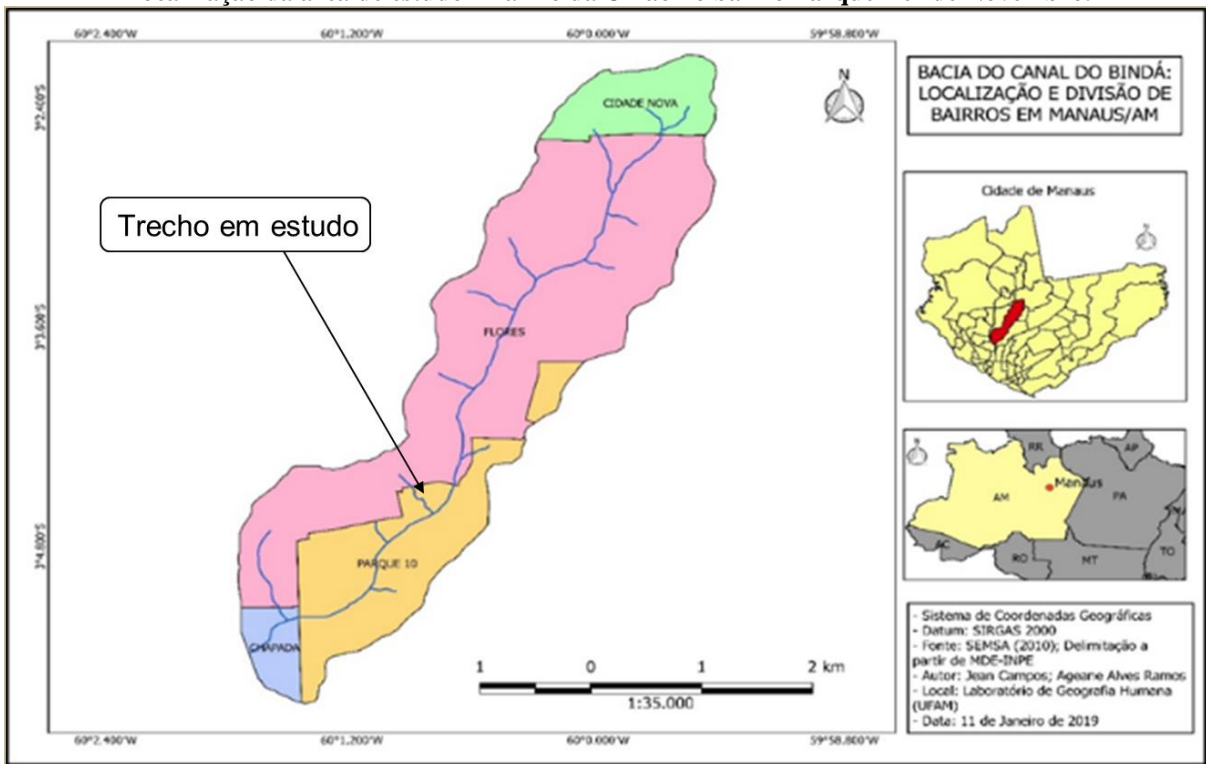
A comunidade do Bairro da União está localizada na margem direita do Igarapé do Bindá (figura 3), surgiu de ocupações irregulares e seus moradores, que contam a história dessa comunidade, comemoram anualmente a sua existência no dia 2 do mês de agosto.

⁵ Área do rio dendrítico usada para balneário.



Figura 3 – Mapa da Bacia Igarapé do Bindá

Localização da área de estudo - Bairro da União no bairro Parque Dez de Novembro.



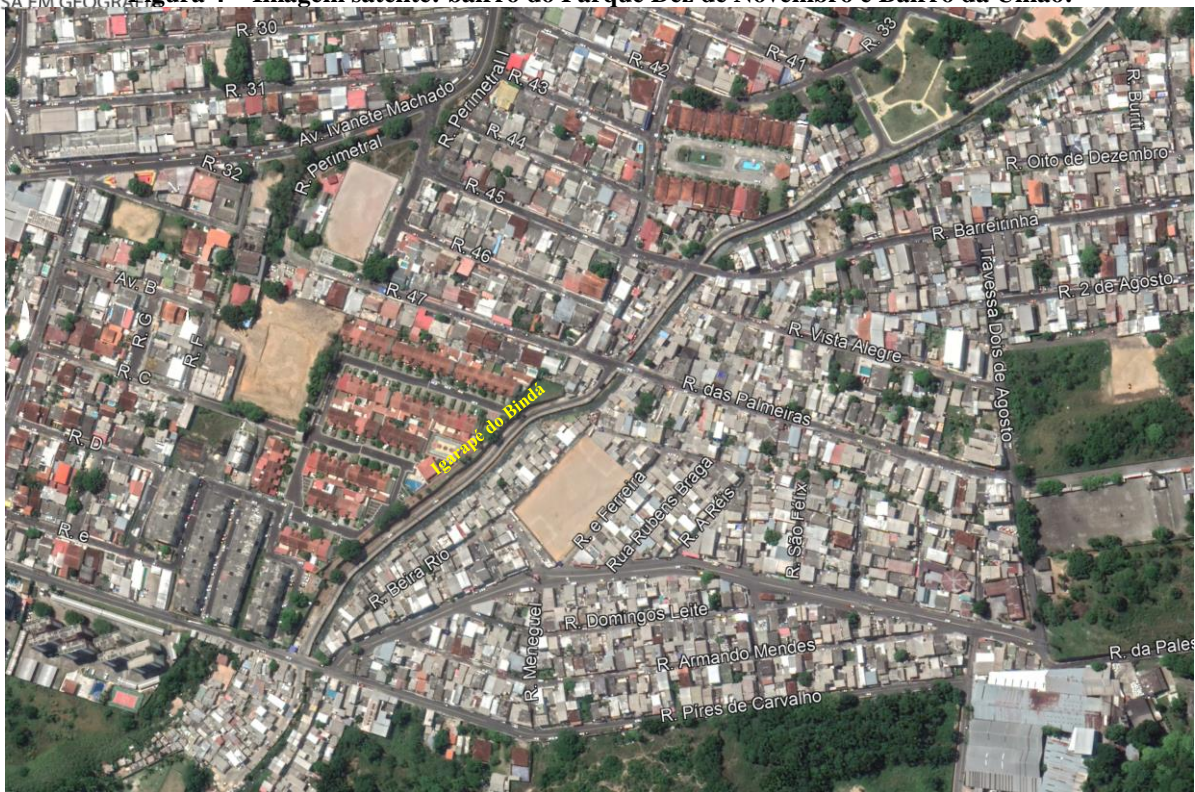
Fonte: IBGE/SEMSA (2010). **Autores:** CAMPOS, RAMOS. **Org.:** Ageane Ramos (2019).

Na localização (figura 4), a toponímia, ou seja, os nomes e tamanhos das ruas se diferenciam, pois, são identificadas de forma diferenciada na margem esquerda do igarapé, por números, e na margem direita, por nomes. Na margem esquerda do igarapé percebe-se que houve certo planejamento no ordenamento das quadras, no tamanho dos terrenos, revelando certa racionalidade urbanística na década de 1970, com o primeiro conjunto residencial Castelo Branco. Atualmente essa área comporta outros conjuntos e condomínios residenciais, separados dos igarapés pelas pontes, áreas tampões de vegetação, muros, parque e bloqueio de ruas com segurança particular daquela localidade, revelando a segregação socioespacial, como é possível visualizar na figura 5 (A, B, C e D).

No que concerne à margem direita do igarapé do Bindá, se estabeleceu uma área de ocupação irregular, sem os devidos critérios urbanísticos. Nesta margem, a composição se dá por um aglomerado de residências, com diferentes distribuições e identificações de suas ruas. Na imagem satélite (figura 4) observa-se a passagem do igarapé, que corta o bairro Parque Dez, nas estruturas desiguais de ocupações de suas margens, que revelam a diferenciação da morfologia em um mesmo bairro.



Figura 4 – Imagem satélite: bairro do Parque Dez de Novembro e Bairro da União.



Fonte: Google Earth, 2018. Org.: Ageane Ramos (2018).

Na figura 5 A, observa-se a precariedade nas moradias na margem direita do Igarapé do Bindá e na margem esquerda há uma pequena rua, muro com cerca elétrica e área tampão de um condomínio, que faz fundo ao igarapé. Essa imagem retrata claramente a diferenciação da forma de moradia, e demonstra a auto segregação e segregação induzidas como realidades socioespaciais bem próximas na cidade de Manaus. Enquanto o morador da comunidade do Bairro da União tem a sua residência de frente para o igarapé e sofre com as chuvas, com o lixo e odor fétido, os residentes de condomínios como “*La Vilelete e Jauaperi*” do Parque Dez de Novembro estão de costas para o *rip rap*⁶, revelando não querer estar próximos, ainda que topograficamente estejam do segmento mais pobre da população.

⁶ Rip rap- O solo cimentado ensacado conhecido também como "Rip-Rap" pode ser utilizado para proteger superficialmente o talude, geralmente utilizado para obturação das erosões, em casos especiais poderá construir muros de arrimo de gravidade, portanto não é indicado pela baixa eficiência na contenção, a não ser que seja seguido de chumbadores, telas e concreto – projetado, (NAREZI, 2020).



Figura 5- Imagens do bairro do Parque Dez de Novembro e Bairro da União.



Figura A-Tipos de moradias e área tampão. Figura B- Ponte que unem e separam duas realidades socioespaciais num mesmo bairro. Figuras C e D – Parque da Juventude Titio Barbosa e rua com controle de acesso pelos moradores, localizados na margem esquerda do Igarapé do Bindá. **Fonte:** Ramos. **Org:** Ageane Ramos (2018).

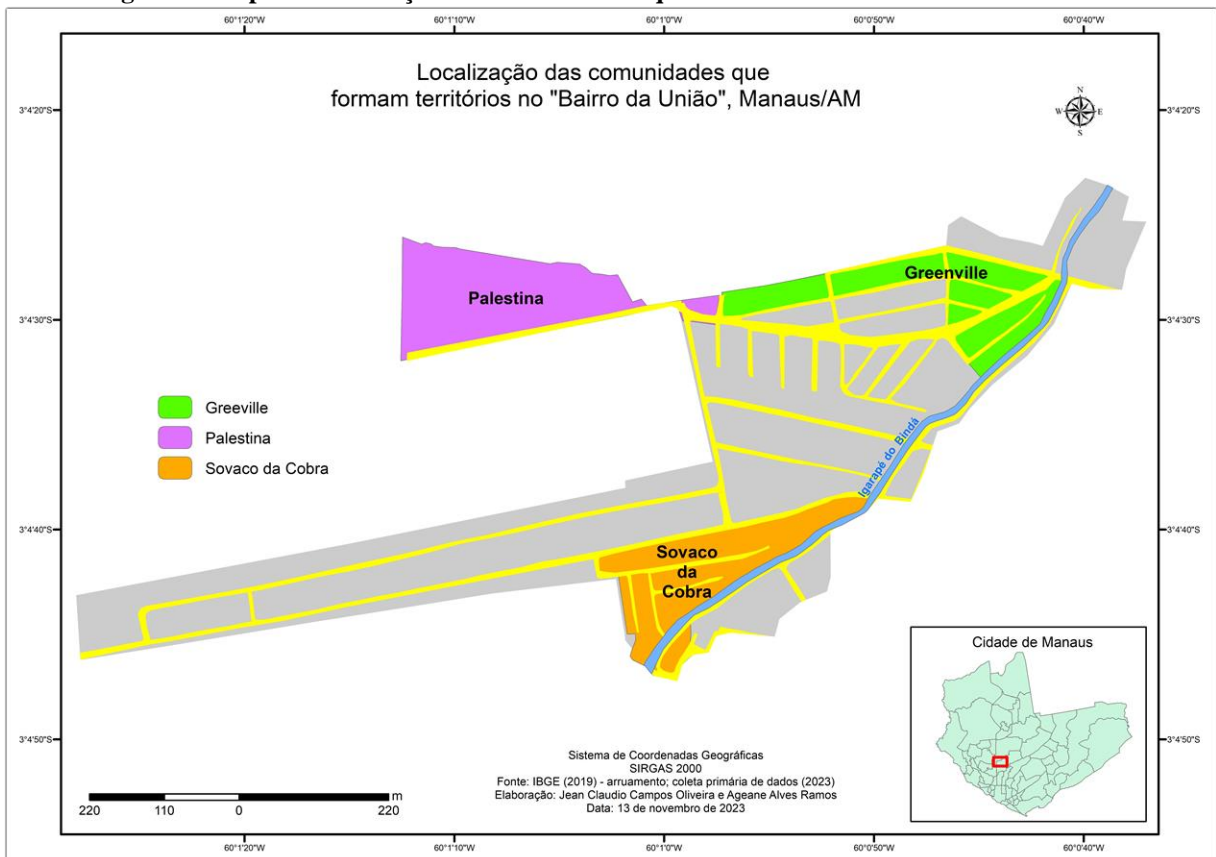
Entretanto, não se pode olvidar o fato de que há pequenos trechos de ocupações irregulares na margem esquerda do Igarapé do Bindá; trata-se de áreas marginais, que se estendem a partir da informalidade urbanística, e na figura 5 B, a ponte une dois lados e separa duas realidades socioespaciais, ainda que próximas, existem diferenças na identificação oficial de suas ruas, a qual o sujeito pertence, pois do lado esquerdo é rua 47 e do lado direito do igarapé é rua das Palmeiras. Os residentes além da identificação diferente da toponímia, das residências regulares na margem esquerda, não se sentem próximos aos da margem direita, pelas condições urbanísticas que os diferenciam. A diferenciação é objetiva e a segregação e territorialização são observadas nessa imagem e no discurso dos moradores, e isso segrega e territorializa, produzindo uma imagética do outro. Contudo, a ponte como objeto geográfico que serve para unir, serve ao mesmo tempo para revelar essa diferenciação, separando segmentos topograficamente próximos, e que compartilham o mesmo bairro do ponto de vista da formalidade da divisão territorial da metrópole.

Nesse sentido, os discursos dos moradores também destacam características que envolvem além da solidariedade, união desses grupos sociais pela luta de uma melhor qualidade de vida, formas de identificação de seus territórios, revelados pelos topônimos, que denominam



como “Sovaco da Cobra”, “Palestina” e “*Greenville*”, características observadas nos relatos dos moradores, que afirmam: “aqui no Sovaco da Cobra era tudo encharcado, nossos pés afundavam na lama, mas tinha o igarapé, muito limpo, e aproveitávamos a água de lá, mas, hoje não dá mais, pois, está tudo poluído”. A moradora destaca o saudosismo do igarapé sem poluição ambiental e a importância que o pequeno rio tinha para seus moradores, como também a identificação de sua comunidade pelo topônimo “Sovaco da Cobra”, que a mesma destacou na figura 6, que contribui como coleta primária de dados em campo.

Figura 6- Mapa de localização das comunidades que formam territórios no Bairro da União.



Fonte: IBGE (2019). **Autores:** CAMPOS; RAMOS **Org.:** Ageane Ramos (2023).

Outra moradora com mais de 30 anos no Bairro da União, destaca que o topônimo “Palestina é por causa dos turcos que moravam no início da ocupação naquelas ruas, mas hoje aquela área, faz parte do bairro de Flores, por causa das mudanças que a prefeitura fez”. No relato, a moradora resgata características da forma de identificação generalista, que se dava aos migrantes de descendência de países árabes, como também dá destaque às mudanças ocorridas após o zoneamento na cidade de Manaus, complementando que, “já a comunidade ‘*Greenville*’ é uma ocupação que surgiu por causa de uma novela”. Se nota, que a influência de novelas

televisivas em canal aberto, no cotidiano desses moradores contribuiu para o topônimo desse território de ocupação mais recente na década de 90 no Bairro da União.

Ainda, em outro relato afirma-se, “a partir daqui é *Greeville*, e esses postes pinchados nas cores verde, amarelo e vermelho são alertas para circulação, que não vem ao caso falar [...]”. No comentário discreto da moradora, se percebe uma forma singular de comunicação interna das comunidades, demonstrando, o poder ideológico que define e limita internamente os territórios a qual pertencem.

Portanto, nas observações realizadas nas pesquisas de campo para esta reflexão, contribuíram e motivaram a elaboração deste trabalho, como abordagem sobre outras realidades ali constatadas. Dessa forma, entender o urbanismo como expressão socioespacial, que produz territórios em áreas precarizadas, também foi o viés deste estudo, onde foi possível identificar as formas de articulação de grupos sociais, que territorializam espaços formando territórios, demonstrados a partir da existência de diversos topônimos, que os identificam e os diferenciam no interior destes próprios territórios oficiais dos bairros, onde sobrepõem-se diferentes territorialidades urbanas dentro de uma mesma unidade territorial. Como exemplo destas afirmações, se tem topônimos das “comunidades Palestina, *Greeville*, Sovaco da Cobra” no bairro da União, que por sua vez não constitui oficialmente um bairro, na metrópole Manaus, do mesmo modo como algumas atividades econômicas desenvolvidas por grupos sociais como os despoldadores de tucumã⁷, doceiras, salgadeiras e fazedores de vassouras, que geram renda para essas famílias, tendo ainda como estrutura ideológica, os discursos dos grupos sobre limites territoriais produzidos abstratamente, definindo-se a si mesmos, bem como os demais, cada um no seu território específico, identificando e definindo a que grupo pertencem. Dessa maneira, compreender como se dá a produção de territórios a partir da expressão socioespacial urbana nas áreas precarizadas, requer analisar os fatores, que contribuem e influenciam grupos, que territorializam o espaço precedido a este, como também criam seus limites de acordo com seus interesses, interpretando, assim, um território autônomo, conforme definido por Souza (2001).

As classes sociais segregarem-se cada vez mais em prol de seus objetivos, estabelecendo relações de poder, que contribuem na manutenção e criação de seus territórios. Nessa perspectiva, os grupos sociais visitados em bairros de Manaus foram a base dessa compreensão, onde as articulações constituem um exercício constante do poder desses grupos, que possuem inúmeras dificuldades estabelecidas na sua moradia e no acesso à infraestrutura urbana básica.

⁷ Fruta típico da região Norte do Brasil. Sua poupa é muito comum nos sanduíches das cafeterias Amazonenses.

Conseqüentemente, é relevante analisar e relacionar as características do urbanismo implementado nessas localizações, o que requer inicialmente compreender as características, que contribuem para o processo de territorialização desses espaços, considerando as desigualdades socioespaciais na produção do espaço urbano em relação à política de habitação, a precariedade na infraestrutura como expressão socioespacial urbana, a produção da imagem e do discurso para esses grupos que territorializam e criam territórios em áreas precarizadas na região metropolitana de Manaus.

Nesse sentido, repensar criticamente essas realidades existentes na cidade de Manaus, faz parte da compreensão de como sujeitos se articulam pela ação do poder e uso dos espaços que territorializam, enfatizando que existe segregação e grupos sociais, que se diferenciam por características socioeconômicas, moradias e condições de vida, embora pertençam ao mesmo tecido urbano, produzido tanto sob o poder da administração pública, quanto das ações dos indivíduos e agentes modeladores do espaço.

Assim, é imperioso que se apresente uma reflexão profunda sobre o problema aqui apresentado, qual seja o da produção de territórios e territorialidades que revelam os níveis de segregação socioespacial numa metrópole, bem como as diferenciações que os grupos sociais se atribuem, revelando, também, os problemas no que concerne à infraestrutura urbana das cidades, que em sua essência são fragmentadas, mas também são a expressão da sociedade que as produz, o que constitui a base da produção de territórios e territorialidades urbanas em áreas precarizadas e constitui um elemento de segregação e fragmentação do espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, grande parte dos bairros da metrópole Manaus são oriundos de ocupações irregulares, e antes de oficializar seu bairro, aqueles moradores dão o topônimo que os identificam, como é o caso do Bairro da União, que se localiza na zona centro-sul de Manaus e bairro Parque Dez de Novembro, demonstrando em seu histórico de luta pelo espaço nas cidades o pertencimento em relação ao lugar. Mas, além do fator da identificação da toponímia desse lugar, existe a territorialidade de que os dividem internamente, destacados nas entrevistas com os moradores sobre os melhores horários para circular internamente, algumas pinturas discretas nas bases dos postes, identificados nas cores verde, amarelo e vermelho, que os direcionam sobre os acessos entre um território e outro, fatores que também dizem respeito à circulação a partir de determinados horários, sobretudo à noite. Essas características orientam e definem o convívio e a identificação territorial desses sujeitos, que somente através de seus

conhecimentos empíricos é possível identificar o que delimita, estabelece e diferenciam um território do outro, além dos motivos que regulam a convivência na comunidade, demonstrando, assim, que as questões que levaram esses moradores a se estabelecerem e se identificarem com o território que estão estabelecidos, vão além do morar, envolve o que eles chamam de “união de forças” pela sobrevivência, e que buscaram se organizar em cada território, que produziram na adoção de um topônimo diferente, que foi estabelecendo nas traduções cotidianas como o “Sovado da Cobra”, *Greeville*, *Palestina*”, dentre outros. Dessa maneira, esse artigo que constitui com modificações, uma parte de um trabalho de pesquisa de mestrado, apresenta a prospecção da sua aplicação empírica para a comunidade científica, como também se abre a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como diálogos com as análises referidas.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS (Estado). Secretaria do Estado, Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia SEDECTI, setembro de 2021. **População estimada por bairro de Manaus-AM.** Disponível em: <https://www.seducti.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/mapa_da_populacao_por_bairro_de_manaus.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro.** 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 303-314, 2009.

COSTA, Danielle Pereira da; OLIVEIRA, José Aldemir de. **Conjuntos habitacionais e a expansão urbana de Manaus: filigramas do processo de construção urbana e o papel das políticas habitacionais.** Mercator - Revista de Geografia da UFC, vol. 6, n. 11, p. 33-47, nov. 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 4. ed. Rio de Janeiro: Ática, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Agglomerados subnormais 2019.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e->>. Acesso em: 20 out. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022.** Disponível em:



<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=37225&t=destaques>. Acesso em: 10 nov. 2023.

LENCIONI, Sandra. **Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana.** In: LENCIONI, Sandra; VIDAL - KOPPMANN, Soda; HIDALGO, Rodrigo; PEREIRA; Paulo Cesar Xavier. São Paulo: FAUUSP, 2011.

MANAUS 345 anos. **Jornal do Comércio.** Manaus, ed. 41.662; 24 a 27 de out. 2014.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente.** In: O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora: Fundação Perseu Abramo. 2001

NAREZI, Luiz Antonio Junior. **Solo ensacado - rip-rap.** Disponível em: <<https://sites.google.com/site/naresi1968/naresi/41-solo-ensacado---rip-rap>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília. França. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. **Repères pour une théorie de la territorialité humaine.** Cahier/Groupe Réseaux, (7), 263-279, 1987.

RAMOS, Ageane Alves. **Segregação e diferenciação na metrópole: as pontes que unem e separam no contexto das ocupações em margens dos igarapés de Manaus.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002b.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; Santos, Milton. **O retorno do território.** In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Ano 6, n. 16. jun. 2005. Buenos Aires: CLACSO, 2005- . ISSN 1515-3282. Disponível em: < [https:// chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110312110406/32Santo.pdf](https://chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110312110406/32Santo.pdf)>. Acesso em: 31 mai. 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas.** 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.